

# Natureza exuberante, população pobre: o problema da desigualdade social no interior e entorno de Áreas Protegidas

Noilton Jorge Dias\*

## Resumo

Este artigo retoma a discussão acerca da questão entre natureza exuberante e povo pobre, centrando o foco no problema inerente à criação de Áreas Protegidas e a falta de atenção para com as populações residentes no interior destas e em seu entorno.

**Palavras-chave:** Pobreza; desigualdade; meio ambiente.

## Abstract

*This article returns to the discussion regarding the question between exuberant nature and poor people, centering its focus on problems inherent to creating protected areas and lack of attention to those who reside within or around them.*

**Key words:** Poverty, inequality, environment.

## APRESENTAÇÃO

O presente trabalho decorre de reflexões acerca do problema da pobreza e desigualdade social que afeta as populações que vivem em espaços transformados em Áreas Protegidas – AP, nas últimas décadas, e em especial se refere ao caso da implantação de unidades desse tipo em retalhos de Mata Atlântica – como os existentes no Litoral Sul da Bahia –, e de forma específica na área compreendida entre os municípios de Itacaré e Uruçuca, local objeto de implantação da APA Itacaré-Serra Grande e Parque Estadual Serra do Conduru.

De acordo com Medeiros (2003 apud Medeiros 2006):

As áreas protegidas são espaços territorialmente demarcados cuja principal função é a conservação e/ou a preservação de recursos, naturais e/ou culturais, a elas associados.

Seguindo essa conceituação, verifica-se que as áreas protegidas criadas no início da década passada no Litoral Sul da Bahia, fruto de estra-

tégia governamental que visava a “preservação para a qualificação” da área como importante destino “eco-turístico”, desconhece o princípio fundamental de implantação das Áreas Protegidas denominadas de Área de Proteção Ambiental Itacaré-Serra Grande e Parque Estadual Serra do Conduru, passando a considerá-las como elemento importante de um contexto que prioriza os interesses do capital em detrimento da qualidade de vida daqueles que aí residiam.

Esse elemento fica claro na medida em que o zoneamento da APA Itacaré-Serra Grande define como área de interesse turístico boa parte da faixa litorânea, espaço de onde foi remanejada parte significativa da população que hoje habita as localidades de Vila Cambinha, Vila Marambaia, Campo Seco e até Taboquinhas e Serra Grande, mas, sobretudo, a periferia da cidade de Itacaré.

## OS DILEMAS DA OCUPAÇÃO ESPACIAL

A análise dos processos de ocupação e formação de uma região é de fundamental importância

\* Antropólogo. Mestre em Sociologia pela UFBA, professor de Antropologia da UCSAL e FBDC/EBMSP. noilton@svn.com.br



para a observação da sua conformação espacial. O território existente, enquanto espaço apropriado social e culturalmente, contribui historicamente para a sua feição contemporânea.

Enquanto espaço privilegiado de atividade social, a exploração dos recursos naturais disponíveis condiciona o nível de agrupamento populacional, que interfere substancialmente na tessitura econômica e na reprodução social, refletindo em formas díspares de apropriação das riquezas.

A análise da especialização, diante da perspectiva de introdução de inovações em uma região, supõe, sobretudo, a melhoria do bem-estar das populações que ali vivem.

Nestes termos, vale salientar que esta melhoria não pode se verificar apenas através do incremento do produto bruto regional nem do desenvolvimento de determinadas atividades em detrimento de outras, mas por uma distribuição espacial do desenvolvimento de forma equitativa no âmbito regional e local. Isto equivale a dizer que por desenvolvimento entende-se a apropriação crescente do produto social regional por camadas cada vez mais amplas da sua população.

Assim, a formação e apropriação das riquezas e as interações entre diferentes formas de organização social cumprem um papel notável no processo de viabilização e eficiência de uma região, minimizando eventuais impedimentos decorrentes de uma especialização inadequada ou mal estruturada.

Dentro deste espectro, a organização das atividades econômicas cumpre papel fundamental na forma de estruturação do espaço regional e local e, sobretudo, na inserção social e econômica de parcelas importantes de sua população no contexto de desenvolvimento.

É mister lembrar que a ocupação do espaço físico guarda relação direta com sua conformação biótica e física, o que enseja um processo de adaptação e especialização humana a determinadas circunstâncias, muito embora, historicamente, os humanos tenham dado provas de sua capacidade de superação de determinadas circunstâncias que se configuram como adversidades ao processo de ocupação do espaço.

Muito embora alguns elementos apresentem-se como condicionantes e até limitantes da forma de ocupação e organização sócio-cultural, outros fatores de natureza predominantemente sócio econômica, e articulando-se com aqueles, terminam por conformar de maneira específica as atividades de caráter humano em cada território.

A forma e os processos de apropriação dos recursos naturais de uma determinada região depende, em grande medida, do direcionamento da sua ocupação e uso, o que traz implicações, por sua vez, ao processo do seu desenvolvimento. Este processo é condicionado, fundamentalmente, ao nível de acessibilidade da região pelos recursos tecnológicos disponíveis. Disto resulta a configuração espacial e, logo, sócio-econômica da região.

De um modo geral, pode-se até afirmar que, no primeiro momento, as características naturais da região funcionam como determinantes principais do processo de sua apropriação. Muito embora este ocorra em função dos interesses e capacidade dos humanos em suas condições objetivas de existência.

A partir do desenvolvimento das atividades humanas no espaço regional, diversas características naturais vão sendo refeitas e reelaboradas, em favor de outras relações, encetadas pelos humanos enquanto atores sociais fundamentais à determinação do nível de apropriação dos recursos naturais de seu espaço.

Esta apropriação espacial, historicamente construída, tornar-se-á de extremo interesse para a compreensão deste processo, na medida em que fica evidente um jogo contraditório entre as necessidades de preservação do meio, ou de suas características naturais mínimas em que vive o humano, como pré-condição para o seu próprio desenvolvimento.

Um dos grandes desafios ambientais da modernidade é o equacionamento desta contradição. Desta forma, não é apenas a apropriação do espaço que está em jogo, mas a apropriação do conteúdo deste espaço, o que pode implicar na eliminação de componentes vitais para a manutenção da vida sócio-cultural.

Entretanto, a própria natureza da atividade extrativista, que por ser inicialmente seletiva, restringindo-se à extração de alguns poucos tipos de produtos naturais (madeira, por exemplo: o jacarandá para construções e o pau-brasil para tinturaria), resultou na preservação de outros espécimes.

Posteriormente, perde-se esse componente e a seletividade entra em desuso, resultando na supressão indiscriminada da Mata Atlântica para a implantação de pastos voltados para o desenvolvimento da pecuária extensiva de baixa produtividade. A baixa produtividade, associada às oportunidades de mercado para outros produtos e à dificuldade de acesso rodoviário, contribuíram efetivamente para o redirecionamento da atividade econômica – o cacau como produto principal – e, sobretudo, para a preservação de áreas importantes de Mata Atlântica.

Esse cenário se estende por algumas décadas, mas não tem a intensidade necessária à manutenção plena do estoque remanescente de Mata Atlântica. Assim, a extração madeireira se sedimenta por boa parte da segunda metade do século passado, contribuindo para a degradação ambiental da área, muito embora, e felizmente, não de forma plena.

Contemporaneamente, a soma de diversos fatores, com ênfase na crise da lavoura cacauzeira que se abateu sobre a área, a injeção de investimentos públicos em infra-estrutura, a institucionalização de áreas protegidas e a divulgação do chamado ecoturismo, obviamente que associado à saturação dos grandes centros urbanos, contribuíram para tornar a área um importante pólo turístico.

Como consequência fundamental tem-se a convivência, em um microcosmo, de atores sociais distintos e diferenciados fundamentalmente pelo acesso aos bens econômicos, o que separa de forma indelével ricos de pobres, muito embora, em função da exigüidade do espaço representado pela pequena escala do sítio urbano, convivam cotidianamente.

Nesse cenário, a ocupação do espaço se apresenta de forma desigual, o que contribui significativamente para a existência de fossos sócio-econômicos entre os vários segmentos populacionais.

Dessa maneira, é possível caracterizar o espaço urbano da cidade de Itacaré e seu entor-

no a partir de cinco ambientes urbanos distintos principais, a saber:

- O centro histórico;
- Extensão do centro histórico;
- As áreas de ocupação recente – espontâneas;
- A área de ocupação recente – planejada;
- Localidades periféricas.

- O centro histórico

O centro histórico remonta ao início do processo de formação da área, no início do século XVIII, sendo hoje ocupado por construções históricas, algumas em estado avançado de degradação e outras restauradas, que dão lugar a estabelecimento de comércio, serviços (restaurantes, pousadas) e órgãos da administração pública, além daquelas que mantêm a sua função original de residência e abrigam famílias mais antigas e tradicionais da cidade.

- Extensão do centro histórico

A extensão do centro histórico surge como uma dilatação natural do tecido urbano em função da expansão da economia local, calcada no cacau, que fazia transbordar da área rural para o núcleo urbano uma parcela importante da população do campo, de renda mais elevada, em busca de fixação de residência de veraneio no núcleo urbano, bem como a abertura de novas oportunidades de negócios. Esse movimento pode ser caracterizado a partir da expansão das ruas João de Sousa, Ataíde Setúbal, Lodônio Almeida e Pedro Longo até atingir a área da Pituba. Essa área hoje é caracterizada pela existência de uma ampla rede de estabelecimentos de comércio e serviços, aí incluindo um bom número de pousadas e restaurantes, bem como casas especializadas em venda de artesanato, *souvenir*, roupas e alimentos em geral.

- As áreas de ocupação recente – espontâneas

A área de ocupação recente de forma espontânea é marcada como uma expansão da área do centro histórico, a partir de sua extensão, em direção a áreas menos valorizadas, notadamente na direção do vale do rio de Contas – Bairro da Passagem, sujeitas ao regime de cheias do rio e ambientalmente mais frágeis, ou em terrenos com declividade acentuada e cobertura de remanescentes de Mata Atlântica – Santo Antonio, o que dificultou o seu processo de ocupação por parte de empreendimentos imobiliários planejados e legalmente constituídos.



d) A área de ocupação recente – planejada

A quarta vertente de ocupação é representada pela área da Concha – Condomínio Conchas do Mar, área plana, voltada para população de estratos médio e alto de renda, com fins comerciais ou residenciais. Dessa forma, a área foi ocupada por empreendimentos turísticos e de suporte à atividade turística como pousadas, restaurantes e cafês, além de residências com bom padrão construtivo, quase sempre direcionadas ao veraneio ou a ocupação por parte de empresários locais.

e) Localidades periféricas

Esta área é representada pelas localidades do entorno da área urbana, a exemplo de Campo Seco, Vila Cambinho e Vila Marambaia. Estas localidades são constituídas por residências simples, com características rurais, ausência de infra-estrutura básica e população de baixa renda, em grande parte vinda de propriedades ocupadas a partir da implantação das áreas protegidas do Parque Estadual Serra do Conduru e APA Itacaré-Serra Grande.

### POBREZA E DESIGUALDADE NO CONTEXTO DE ÁREAS PROTEGIDAS

A comparação aqui realizada toma como referência o subespaço representado pela área de ocupação recente – planejada, do bairro da Concha, sítio urbano da cidade de Itacaré, e o conjunto do distrito sede que abrange as demais áreas da cidade e as localidades periféricas representadas por Campo Seco, Vila Cambinho e Vila Marambaia, localizadas no interior da APA Itacaré – Serra Grande.

O setor censitário (IBGE) que abrange a área da Concha contava, segundo o Censo Demográfico de 2000, com 247 domicílios particulares permanentes e 39 domicílios particulares improvisados, perfazendo um total de 286 domicílios particulares, além de 44 unidades residenciais em domicílios coletivos, somando, dessa forma, 330 domicílios e uma população de 1.369 pessoas.

Em relação ao abastecimento de água, verifica-se que a área contava em 2000 com cobertura da rede geral em 95,14% dos domicílios, desempenho muito superior ao apresentado pelo conjunto do distrito sede, que tem como principal núcleo ur-

bano a cidade de Itacaré, que no mesmo período apresentava 51,21% de cobertura da rede geral de abastecimento de água.<sup>1</sup>

**Tabela 1**  
Cobertura dos serviços de esgotamento sanitário, Concha, Itacaré, Bahia, 2000

Nº de domicílio	Rede geral		Poço ou nascente		Outra forma	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
247	235	95,14	2	0,81	10	4,05

Fonte: IBGE – Microdados do universo. Censo Demográfico de 2000

No que se refere ao esgotamento sanitário, nota-se um elevado percentual de fossas sépticas (75,30%) e 96,36% no geral, também superior aos 56,64% apresentado pelo distrito sede no mesmo período.

**Tabela 2**  
Cobertura dos serviços de coleta de resíduos sólidos, Concha, Itacaré, Bahia, 2000

Nº de domicílio	Rede geral	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Outros	Total	% de atendimento

Fonte: IBGE – Microdados do universo. Censo Demográfico de 2000

Vale salientar que a cobertura da coleta de lixo nesse setor abrange 100,0% dos domicílios. Para efeito de comparação é possível lembrar que, no mesmo período pesquisado, o distrito sede de Itacaré, de forma geral, tinha um percentual de atendimento da ordem de 50,08%.

A taxa de analfabetismo também é mais baixa (16,36%), se considerado o elevado índice vigente no conjunto do município (32,63%) e na zona urbana (19,60%). As taxas também são melhores em relação ao analfabetismo funcional.

**Tabela 3**  
Nível de escolaridade do chefe de família, Concha, Itacaré, Bahia, 2000

Escolaridade	Chefes de domicílio	%
Sem instrução / Menos de 1 ano	54	16,36
De 1 a 3 anos	37	11,21
De 4 a 7 anos	87	26,36
De 8 a 10 anos	44	13,33
De 11 a 14 anos	77	23,33
15 ou mais anos	31	9,39
<b>Total</b>	<b>330</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE – Microdados do universo. Censo Demográfico de 2000

<sup>1</sup> Os dados relativos ao conjunto do distrito sede de Itacaré são do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

**Tabela 4**  
Nível de rendimento do chefe de família segundo classes de rendimento nominal mensal, Concha, Itacaré, Bahia, 2000

Classe de rendimento	Domicílios	%
Até 1 SM	68	20,61
Mais de 1 até 2 SM	51	15,45
Mais de 2 a 3 SM	26	7,88
Mais de 3 a 5 SM	46	13,94
Mais de 5 a 10 SM	44	13,33
Mais de 10 a 20 SM	22	6,67
Mais de 20 SM	5	1,52
Sem rendimento	68	20,61
<b>Total</b>	<b>330</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE – Microdados do universo. Censo Demográfico de 2000

Se o conjunto da população de chefes de família do município de Itacaré que ganham até um salário mínimo soma 56,48%, no setor censitário, que abrange a área da Concha, é de 20,61%.

Como reforço do que foi explicitado anteriormente, vale ressaltar que em abril de 2006 – a partir de pesquisa direta desenvolvida nas localidades de Campo Seco, Vila Cambinho e Vila Marambaia –, na população residente nesses núcleos que estão inseridos no contexto da APA Itacaré-Serra Grande, foram identificadas condições de vida diversas daquelas verificadas na área da Concha, espaço que abriga predominantemente a população que vive em Itacaré e

**Tabela 6**  
Destino dos resíduos sólidos, 2006

Destino	Absoluto	%
Enterrado	9	4,07
Coletado por serviço de limpeza	126	57,01
Coletado pelo Floresta Viva	1	0,45
Coletado por serviço de limpeza e enterra	2	0,90
Queimado	41	18,55
Queima e quintal	7	3,17
Leva para o lixão	3	1,36
Usa como adubo e leva para o lixão	1	0,45
Quintal	13	5,88
Quintal e faz coleta seletiva e vende	1	0,45
Coletado por serviço de limpeza e usa como adubo no quintal	2	0,90
Joga em terreno baldio	4	1,81
Usa como adubo e queima	9	4,07
Usa como adubo e enterra	2	0,90
<b>Total</b>	<b>221</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Pesquisa de campo em Campo Seco, Vila Cambinho e Vila Marambaia – abril 2006

**Tabela 5**  
Destino dos efluentes domésticos, 2006

Destino	Absoluto	%
Rede	13	5,88
Fossa séptica	65	29,41
Fossa comum	45	20,36
Rio	1	0,45
Quintal	1	0,45
Não tem	96	43,44
<b>Total</b>	<b>221</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Pesquisa de campo em Campo Seco, Vila Cambinho e Vila Marambaia – abril 2006

está plenamente inserida nos negócios ligados à atividade do turismo.

Ainda em relação às instalações sanitárias, verificou-se que em apenas 29,41% dos domicílios pesquisados os efluentes domésticos têm como destino fossas sépticas. As fossas comuns perfazem 20,36% do total e em apenas 5,88% dos casos os efluentes são direcionados para a rede, conforme declaração dos entrevistados, muito embora o destino sejam as galerias de águas pluviais. Vale ressaltar que em 43,44% dos casos pesquisados inexistia instalação sanitária.

No que concerne ao destino dos resíduos sólidos (lixo), verifica-se que em 57,01% dos casos pesquisados a coleta é feita pelo serviço de limpeza pública. Além dessa forma principal, nota-se a existência da queima dos resíduos (18,55%),



prática que persiste nos locais com características rurais. Associadas a essas práticas principais foi identificada ainda a destinação do lixo ao próprio terreno (quintal), perfazendo 5,88% dos domicílios pesquisados.

Nota-se também que em alguns casos as pessoas vêm separando o lixo de forma seletiva e destinando o material orgânico para a produção de composto orgânico, "adubo" nas palavras dos entrevistados.

No que se refere ao abastecimento de água, verifica-se que aqueles que dispõem do fornecimento de água a partir de rede geral somam 34,39%. Entretanto, a maior parcela é constituída pelas famílias que se abastecem através de poços ou nascentes (56,56%). As demais formas de abastecimento representam 9,05%.

**Tabela 7**  
Principal fonte de abastecimento de água utilizada pela família, 2006

Fonte	Absoluto	%
Rede geral	76	34,39
Poço ou nascente	125	56,56
Outros	20	9,05
<b>Total</b>	<b>221</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Pesquisa de campo em Campo Seco, Vila Cambinha e Vila Marambaia - abril 2006

O nível de escolaridade na área em análise, considerando os (as) chefes de família, apresenta uma configuração que se assemelha àquela existente em áreas rurais do estado da Bahia, como de resto em todo o Nordeste brasileiro, com uma elevada taxa de analfabetismo (37,55%), sendo 18,55% declarados e 19,00% relativos aos que sabem apenas "assinar o nome", mas que não sabem ler nem escrever.

Esse quadro é mais preocupante na medida em que são agregados a esses percentuais a parcela da população que tem instrução formal inferior ao ciclo fundamental de educação, o que de certa forma revela, inicialmente, obstáculos à capacitação desse segmento de população para inserção, direta, na nova dinâmica que vem sendo empreendida nessa área.

No que concerne à renda desse segmento de população (chefes de família), verifica-se que há uma concentração considerável no estrato inferior de renda – até um salário mínimo, atingindo 71,95%.

**Tabela 8**  
Nível de escolaridade do chefe de família, 2006

Escolaridade	Chefes de domicílio	%
Analfabeto	41	18,55
Assina o nome	42	19,00
Lê e escreve (sem instrução formal)	7	3,17
1º grau menor incompleto	50	22,62
1º grau menor cursando	4	1,81
1º grau menor completo	4	1,81
1º grau maior incompleto	34	15,38
1º grau maior cursando	5	2,26
1º grau maior completo	4	1,81
2º grau cursando	4	1,81
2º grau completo	20	9,05
2º grau incompleto	2	0,90
Superior completo	3	1,36
Superior cursando	1	0,45
<b>Total</b>	<b>221</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Pesquisa de campo em Campo Seco, Vila Cambinha e Vila Marambaia - abril 2006

Percebe-se ainda que a soma daqueles que têm rendimento até três salários mínimos atinge 89,60%. Vale destacar que em 6,33% dos casos o entrevistado declarou que o chefe de família não dispunha de rendimento, o que agrava mais ainda a situação.

**Tabela 9**  
Renda mensal do chefe de família, 2006

Renda mensal	Chefes de domicílio	%
Até 1 salário mínimo	159	71,95
Mais de 1 até 3 salários mínimos	39	17,65
Mais de 3 até 5 salários mínimos	5	2,26
Mais de 5 até 10 salários mínimos	2	0,90
Mais de 10 salários mínimos	2	0,90
Sem rendimento	14	6,33
<b>Total</b>	<b>221</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Pesquisa de campo em Campo Seco, Vila Cambinha e Vila Marambaia - abril 2006

## A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Verifica-se que ao longo das últimas duas décadas ocorreu um redirecionamento da economia regional e local – antes voltada para a produção agrícola, com ênfase na monocultura cacaueteira e no extrativismo, notadamente a madeira e a piaçava –, passando a fixar sua pauta econômica em torno da exploração do turismo, ensejando considerável incremento das atividades de comércio e

serviços, sobretudo aquelas voltadas para atendimento dos visitantes.

No outro extremo aparecem segmentos pauperizados que estão fora do circuito principal de geração de riquezas, seja aquele representado inicialmente pelo extrativismo vegetal, depois pela monocultura do cacau e extrativismo, seja mais recentemente pelo desenvolvimento da atividade turística.

Vale lembrar que a implantação das referidas Áreas Protegidas ensejou a desarticulação de várias atividades produtivas existentes em localidades situadas em seu interior. Em Vila Marambaia, por exemplo, antes da implantação dessas unidades de conservação existia uma casa de farinha operando no limite de produção, razão pela qual a comunidade solicitou da CAR – Companhia de Desenvolvimento Regional, órgão da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia, a alocação de uma segunda unidade de processamento de mandioca, o que foi feito. Após a implantação da APA Itacaré - Serra Grande, os pequenos produtores locais foram proibidos de plantar mandioca da forma tradicional como faziam – através da coivara, com a queimada de pastos em descanso para plantio –, o que resultou em considerável redução da produção, quase extinção, inviabilizando o funcionamento das casas de farinha existentes, sem que fossem oferecidas novas alternativas de geração de renda.

Dessa maneira, verifica-se que a preservação dos remanescentes de Mata Atlântica ganha prioritariamente um espaço central no cenário local e regional, notadamente quando se trata da utilização dessas áreas por populações nativa remanescentes, fato que não é levado em conta quando da ocupação das mesmas por grandes empreendimentos turístico-residenciais, como aqueles já implantados ou em implantação no interior das referidas Áreas Protegidas.

## REFERÊNCIAS

- BAHIA. Conselho Estadual de Proteção Ambiental. Resolução nº 1334 de 19 de dezembro 96 aprova o Plano de Manejo da APA de Itacaré/Serra Grande do Estado da Bahia. Salvador, 1998.
- BAHIA. Governo do Estado. Decreto nº 6227, de 21 de fevereiro de 1997. Cria o Parque Estadual da Serra do Conduru e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, Salvador, 22 fev. 1997.

CARVALHO, Paulo Gonzaga M. de et al. Gestão local e meio ambiente. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 8, n.1, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 11 jan. 2007.

DRUMMOND, José Augusto. Natureza rica, povos pobres? - questões conceituais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais na prosperidade contemporânea. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, n.10, p. 45-68, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 03 mar. 2007.

FERREIRA, Lúcia da Costa. Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro. *Ambiente & Sociedade*, n. 5, jul./dez.1999. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 20 abr. 2007.

FLORIANI, Dimas. Ciências em trânsito, objetos complexos: práticas e discursos socioambientais. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 9, n.1, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 03 mar. 2007.

FOLADORI, Guillermo; TAKS, Javier. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. *Mana*, Rio de Janeiro, v.10, n.2, out. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 08 jan. 2007.

GERHARDT, Cleyton Henrique; ALMEIDA, Jalcione. A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 8, n. 2, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 03 mar. 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 12 jan. 2007.

LIMA, Gustavo da Costa. Questão ambiental e educação: contribuições para o debate. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, n. 5, jul./dez.1999. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 14 maio 2007.

\_\_\_\_\_. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 6, n. 2, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 12 jan. 2007.

MEDEIROS, Rodrigo. *A proteção da natureza: das estratégias internacionais e nacionais às demandas locais*. 2003. 391 f. Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de pós-graduação em Ecologia, Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v.9, n.1, jan./jun.2006. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 20 abr. 2007.

RIBEIRO, Carlos Antonio Alvares Soares et al. O desafio da delimitação de áreas de preservação permanente. *Revista Árvore*, Viçosa, v. 29, n. 2, mar./abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 12 jan. 2007.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Os conflitos entre natureza e cultura na implementação do Ecomuseu Ilha Grande. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 11 jan. 2007.

TAVOLARO, Sergio B. F. Sociabilidade e construção de identidade entre antropocêntricos e ecocêntricos. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, n. 6-7, jan./jun. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 11 jan. 2007.